

1968 A REFERÊNCIA DA REVOLUÇÃO

Waldenyr CALDAS*

RESUMO: O ano de 1968 tornou-se, no decorrer do tempo, uma espécie de referência para as grandes transformações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970. Um pouco antes, porém, surgiu nos Estados Unidos, nos anos de 1950, um movimento de jovens que ficou conhecido como *beat generation*, cujos principais representantes foram Jack Kerouac, Allen Ginsberg, entre outros. Foi um grupo de moços intelectualizados que propôs, por meio da literatura e da arte, um estilo de vida e de comportamento diferente do universo pragmático e mercantilizado da sociedade americana.

Ao lado do *rock'n'roll* também surgido nesse momento, a juventude teve as condições para engendrar uma grande revolução comportamental, que mais tarde ficou conhecida como o movimento da contracultura, dos *hippies* e da cultura psicodélica. A partir desse momento estavam lançadas as bases para tudo o que viria ocorrer nos anos de 1960 e 1970, décadas realmente revolucionárias, em que a juventude não tergiversou quanto ao direito de traçar seu próprio destino. Seu maior objetivo era assegurar o que o homem tem de mais precioso: a liberdade e a luta contra a asfixia comportamental imposta pelo *establishment*.

PALAVRAS-CHAVE: Contracultura. Política. Liberdade. Sociedade. Estado. Revolução. Psicodélico.

Caro leitor, de início, é preciso esclarecer o seguinte: na expressão “o ano de 1968” encerra-se muito mais coisas, fatos e transformações do que podemos imaginar à primeira vista. Ela tornou-se uma espécie de referência (algo emblemático mesmo) para acontecimentos realmente revolucionários, que ocorreram a partir da segunda metade dos anos 60 até o início dos anos 70. No plano político, por exemplo, a chamada “guerra fria” acirrava ainda mais a luta político-ideológica entre a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos. Mais do que uma disputa bélica, que para o bem da humanidade não chegou a se concretizar, estava por trás

* USP – Universidade Estadual. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo – SP – Brasil – da Universidade de São Paulo – USP. 05508-900 – waldenyr@usp.br

desse conflito o jogo político de supremacia do capitalismo sobre o comunismo ou vice-versa.

A revolução cubana buscava se consolidar, a despeito (talvez por isso mesmo) de constantes e iminentes tentativas de invasão do seu território pelas forças americanas. As teorias acerca do subdesenvolvimento surgidas no início dos anos 60 ganhavam força ainda maior no final dessa década e passariam a ser estudadas, analisadas e discutidas, não só por boa parte de uma “intelligentsia” acadêmica, mas também por segmentos da cultura como teatro, cinema, música e literatura, entre outros. Um debate que atravessou o tempo e permanece contemporâneo.

Ao mesmo tempo, os assassinatos de John Kennedy (1963), Martin Luther King (1968) e Robert Kennedy (1968), nos faziam antever que os anos 70 não seriam menos tumultuados. Em 1969, porém, com o pouso da nave Apollo 11 em 20 de julho no mar da tranqüilidade e o passeio dos astronautas Neil Armstrong e Edwin Aldrin pela superfície lunar, a máquina publicitária da Casa Branca pode, finalmente, apresentar ao mundo, as provas da “superioridade” do Capitalismo sobre o Comunismo.

Pouco tempo depois, em 1975, a Guerra do Vietnã chegava ao fim de forma melancólica para seus invasores. Percebendo que a derrota era inevitável, os últimos homens da inteligência americana em Saigon, capital do Vietnã do Sul, protagonizaram uma das fugas mais humilhantes ao tentarem abandonar aquela cidade. As imagens de televisão registravam o momento exato em que, penduradas para fora do helicóptero do exército já superlotado, as autoridades americanas fugiam para não serem capturadas por *vietcongs*. Antes disso, porém, o próprio povo americano, como faz nesse momento em relação à Guerra do Iraque, cujo peso é muito grande na atual crise por que passa a economia desse país, organizava manifestações públicas em frente à Casa Branca contra a invasão do Vietnã. Um dos melhores documentos sobre esse momento é o filme *Forest Gump* de 1994, o diretor americano Robert Zemeckis.

Pois bem, fatos e acontecimentos dessa magnitude já nos dão uma idéia, no plano político, do que foi este período tão recente, anterior e posterior ao ano de 1968. É possível que eles tenham sido os mais impactantes para aquela época, mas que se pense também no caso *Watergate*, que culminou com a renúncia do presidente Nixon, entre outros. Tanto é assim que os reflexos de tudo isso se fizeram presentes estabelecendo um equilíbrio de forças e, ao mesmo tempo, criando uma nova ordem mundial, pelo menos até a queda do muro de Berlim em 1989.

A partir desse momento, sem a contrapartida político-ideológica do Comunismo, os Estados Unidos, lídimo representante do Capitalismo, passaria a ser, assim, uma espécie de “xerife do mundo” auto-nomeado. Nesse caso, a petulância

não tem limites. Os exemplos mais recentes são: a invasão do Panamá para prender seu presidente, acusado de traficante de drogas, a invasão do Iraque, a presença ostensiva de forças militares no Afeganistão, a inclusão da Coreia do Norte no chamado “eixo do mal” e as incessantes ameaças do Irã. Claro que essa beligerância tem objetivos e interesses econômicos, políticos, ideológicos e estratégicos que não cabem discussão nesse ensaio.

De qualquer modo, as implicações que envolvem as questões políticas e ideológicas, apenas mantêm a mesma tensão de outras décadas. Hoje, talvez um pouco menos do que a chamada época da “guerra fria”. Assim, no plano político e econômico, as decisões convergem mesmo é para a administração prática de uma economia voltada para a nossa contemporaneidade. Trata-se agora, de fazer com que esta fantástica máquina econômica, em que pese a forte crise por que possa o Capitalismo (especialmente os EUA), continue produzindo os excelentes resultados da relação capital/trabalho. É nessa direção que têm pensado os tecnocratas em nossa sociedade, isto é, no mundo do capital, como bem nos mostra John Kenneth Galbraith¹.

Mas o Capitalismo não gera apenas riqueza, pobreza e miséria, inclusão e exclusão social, privilégios e injustiças, exige também dos seus cidadãos um comportamento sempre “politicamente correto”, obediência cega e sôfrega ao capital e o que é mais grave: a subserviência do homem ao homem, plasmado justamente no poder de acumulação da riqueza, como mostra muito bem Max Weber (2000) na sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. E aqui temos uma série de provérbios populares de rara sabedoria que esclarecem objetivamente essa questão. Por exemplo: “quem pode mais, chora menos”. “Todos são iguais perante a lei, mas têm alguns mais iguais que outros”.

Ora, a juventude dos anos 1960/70 já não aceitava mais esses padrões de comportamento. Até porque ela já havia herdado da chamada *beat-generation* dos anos 1950 toda uma reivindicação pelo que o homem tem de mais precioso: a liberdade de decidir sobre o seu destino e não aceitar liturgicamente os disfarces estabelecidos por uma sociedade que considerava anacrônica. Ainda que de forma desorganizada e espontânea, criar-se-ia uma resistência ideológica concentrada, entre outras coisas, na transgressão da ordem social vigente e no enfrentamento ao *establishment*. Lembremos aqui, como ilustração, o movimento da Contracultura.

¹ Galbraith (John Kenneth), economista americano, Iona Station, Ontário, 1908 – Cambridge, Massachusetts, 2006. Colaborador de Roosevelt, analisou a sociedade de consumo em *A era da opulência* (GALBRAITH, 1958) e o fenômeno do *management* em *O novo estado industrial* (GALBRAITH, 1969).

Assim é que a própria juventude vai buscar nos escritos e ensinamentos de pensadores como Hebert Marcuse (que se pense em seu livro *Eros e Civilização*²), Wilhel Reich (*A Revolução Sexual dos Jovens*³), Jean-Paul Sartre, Michel Foucault e os professores Timothy Leary, Alan Watts, entre outros, justamente o direito à liberdade. Mais esclarecidos e politizados, aqueles jovens colocariam sua força, energia e juventude a serviço de sua liberdade de ação e das futuras gerações. Dessa forma, as idéias que envolvem o Capitalismo, repressão, alienação, sexualidade, dominação, liberdade, entre outras categorias, faria do livro *Eros e Civilização*, um grande estímulo a mais para que a juventude continuasse acreditando na transformação social, na renovação de valores da sociedade, em maior liberdade, enfim, em tudo aquilo que preconizava o movimento da contracultura. Restava, agora, direcionar-se para a objetividade empírica dos fatos e do que pretendiam os jovens. Como nos esclarecem Wilhelm Reich et al. (1976, p.62): “[...] as discussões teóricas são habitualmente estéreis, quando não as situamos no terreno das questões concretas e práticas”. Foi isso, precisamente, o que fez boa parte da juventude que contestava o autoritarismo de uma sociedade superdirigida, de rótulos, clichês e comportamentos previsíveis, com os quais já não conseguia mais conviver.

Nessas condições, passar da teoria à prática, embora fosse uma trajetória dolorosa, era inevitável. Expressiva parcela da juventude européia, americana, japonesa e latino-americana já procurava outros caminhos que a conduzisse a maior liberdade e menos vigilância da sociedade. Se o contexto político-econômico de cada país já era motivo de insatisfação desses jovens, não podemos subestimar, de outra parte, sua natural impetuosidade em busca da justiça social. Não há nenhuma dúvida de que essa vertente mais intelectualizada, mais esclarecida da contracultura pensava nisso tanto quanto na situação de desaprazimento em que vivia.

Configurava-se ainda, com clareza, um antagonismo entre gerações em meio a grandes desencontros e conflitos políticos internacionais, gerando incerteza e pessimismo. Apenas para ilustrar, lembremos novamente da “guerra fria” e da guerra do Vietnã. Nesse aspecto, a juventude européia era bem mais atuante do que seus companheiros norte-americanos. Mas há uma explicação para isso. Embora rigoroso em sua avaliação política sobre os jovens europeus (até com certa razão), Theodore Roszak (1968, p.16) acrescenta o seguinte:

[...] herdeiros de um legado esquerdista institucionalizado, os jovens radicais europeus ainda se inclinam a ver-se como os paladinos do ‘povo’ (a classe trabalhadora) contra a opressão da burguesia (na maioria dos casos seus próprios pais). Por conseguinte, tentam bravamente adaptar-se aos padrões habituais do

² Cf. MARCUSE, 1969.

³ Cf. REICH, 1972.

passado. Automaticamente, dentro de linhas ideológicas estabelecidas, procuram aliados – os trabalhadores, os sindicatos, os partidos de esquerda – apenas para constatar que, estranhamente, as esperadas alianças não se concretizam e que eles se encontram sós e isolados, uma vanguarda sem seguidores.

As palavras de Roszak são esclarecedoras e bastante coerentes com os fatos históricos. De fato, foi isso o que ocorreu. A juventude européia, ao politizar suas reivindicações, tornar-se-ia mesmo “uma vanguarda sem seguidores”. Seja como for, o que não podemos é, diante dos fatos, subestimar a força política da juventude naquela ocasião. Com o apoio do CGT – *Central Général des Travailleurs* e do Partido Comunista, eles chegaram mesmo, ainda que por alguns dias, a abalar as estruturas da sociedade francesa. Logo depois, porém, a rebelião de maio de 1968 perderia espaço para os acordos fixados entre o próprio governo francês, na pessoa de Charles De Gaulle (ele teria negociado pessoalmente), a CGT e o PC. O apoio político aos jovens estudantes, liderado por Daniel Cohn Bendit, viria de grandes personalidades da *intelligentsia* francesa, como o filósofo Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Louis Althusser, entre outros. Mesmo assim, ainda era insuficiente. Do outro lado das barricadas criadas por esses jovens, estava o grande lastro dos mais diversos segmentos da sociedade francesa, disposto a assegurar o *status-quo*.

O apoio das forças sociais adultas não veio. Eles viam no movimento estudantil uma manifestação anárquica e irresponsável, contra o qual o Estado deveria ser rigoroso, restabelecer a ordem e não tergiversar. Nem mesmo o apoio da tradicional esquerda francesa, reverenciada pelo seu alto nível de politização, acataria a causa dos estudantes. A classe operária, fiel aliada no início da grande greve de maio de 1968, capitularia. O Estado a cooptou, oferecendo-lhe vantagens trabalhistas, entre elas, uma política salarial mais vantajosa. Assistimos, assim, a um verdadeiro conflito, não só político-ideológico, mas também de geração, de formas diferentes de ver e de interpretar o mundo.

O visual das barricadas não deixava qualquer dúvida quanto à opção marxista dos jovens contestadores franceses. Grandes retratos de Lênin, Mao-Tse-Tung, Karl Marx e Ernesto “Che” Guevara, ao lado de bandeiras vermelhas, dos incessantes cantos da Internacional, davam o tom preciso do adorno ideológico das trincheiras. Em menores proporções, outros protestos de estudantes surgiriam ainda na Alemanha, Inglaterra e Itália, nessa mesma época. Aqui, nada a registrar, senão a indiferença da sociedade às manifestações e reivindicações e uma geração que desejava mudar o mundo. E mais do que isso, almejava tornar real a utopia da justiça social imaginada por Thomas Morus. Uma ilha/nação, com um sistema sociopolítico ideal, que proporciona ótimas condições de vida, igualdade e felicidade aos seus habitantes.

Pois bem, a juventude européia nos anos 60 vivia e vive ainda hoje em sociedades democráticas, mostrou sua insatisfação organizando protestos e rebeliões contra o Estado. Os jovens americanos, como já registramos anteriormente, não têm essa prática política mais desenvolvida. Falta-lhes a experiência nesse sentido. É que o desempenho político da esquerda naquele país sempre foi muito tímido e limitado. Mesmo assim, na década de 60, eles foram às ruas se manifestar contra os atos de racismo que se espalharam por quase todo o território americano. No trabalho bem realizado de Carlos Alberto Messeder Pereira, temos a idéia das manifestações da juventude americana nessa época. Vejamos:

[...] especialmente no que se refere aos Estados Unidos, toda a movimentação em torno das várias manifestações da cultura jovem, indo do *flower power* aos estudantes e intelectuais da Nova Esquerda, passando por movimentos como o *gay power* ou *women's lib*, é acompanhada de perto pelo surgimento e pela consolidação do *black power*, o poder negro, cuja luta teve como ponto de partida e ponte de articulação com a revolta de outros grupos a difícil batalha pelos direitos civis que marcou, desde o início, a década de 60 nos Estados Unidos (PEREIRA, 1983, p.41).

No Brasil, diferentemente dos países ocidentais europeus e dos Estados Unidos, ainda não consolidamos a democracia como sistema de governo. Portanto, um compromisso a mais da juventude brasileira é fortalecer, solidificar nossas instituições democráticas. Uma rápida passagem por nossa história política já seria o suficiente para se constatar que tivemos, na verdade, o que aqui podemos chamar de débeis e breves períodos democráticos, pelo menos até 1985. A década de 60, como sabemos, foi especialmente sinistra para a democracia e a sociedade brasileira. Iniciaria com a eleição do presidente Jânio Quadros, que permaneceu apenas sete meses no poder. Nem chegou a dizer o que pretendia fazer com o cargo de presidente. Renunciou por motivos não devidamente esclarecidos até hoje e foi morar em Londres por algum tempo. O vice-presidente João Goulart assume a presidência e, em 1964, é deposto por um golpe militar. Daí em diante, até 1985, vivenciamos um terrível período de autoritarismo imposto pelos militares, como se o país fosse um grande quartel. Somente a partir de outubro de 1978 quando o Congresso Nacional aprova a emenda constitucional número 11 (ela entraria em vigor em 1º de janeiro de 1979), é que o quadro político se abrandaria. Assim, se os jovens europeus, e até certo ponto os americanos, viviam em uma sociedade abúlica, tomada pelo torpor e, por isso mesmo, recusavam-se a se integrar à ordem estabelecida, a juventude brasileira vivia outra realidade política e social. Sua luta e reivindicações, pelo menos no início, era pelo restabelecimento das liberdades democráticas, como mostram os estudiosos da nossa

história contemporânea. Os mais diversos segmentos da sociedade se mobilizariam com este objetivo.

Mesmo um pouco antes de os militares tomarem o poder, estudantes e intelectuais já reivindicavam reformas de base. O objetivo era fortalecer as instituições democráticas que, uma vez mais, corriam sérios riscos durante o governo João Goulart. Os militares já haviam demonstrado sua insatisfação e o país caminhava para o autoritarismo. Um dos motivos deste descontentamento, entre outros, era o fato de que a UNE – União Nacional dos Estudantes – mobilizava milhares de jovens para discutir a política e a cultura brasileira. E isto com a anuência do governo federal, uma vez que esta entidade atuava legalmente. Assim é que, em 1961, a própria UNE criaria o primeiro CPC – Centro popular de Cultura, abrindo espaço para o surgimento de diversos outros em todo o país. Bem intencionados, os membros dos CPCs desejavam criar condições e motivar as pessoas a fundar uma concepção mais democrática da cultura popular brasileira. Em outros termos, pensar na “cultura nacional-popular democrática”. O objetivo era, por intermédio da cultura e das artes, levar a todos os segmentos das classes populares um nível de politização e de consciência capaz de reconhecer sua importância e seu próprio compromisso histórico com a sociedade. Nessa época, cada vez mais, ganhava força a ideologia política marxista que, de certa forma, com a queda de Fulgêncio Batista e a ascensão de Fidel Castro ao poder, liderando a “revolução do povo cubano”, chegava à América Latina. Este é um acontecimento histórico, que empolgaria os jovens universitários, intelectuais e outros segmentos progressistas do nosso país. Até porque vivíamos uma situação política interna especialmente propícia para uma abertura político-ideológica à esquerda. Com o apoio e estímulo dos CPCs, surgiria o artista criador da chamada “arte engajada”, também chamada de “arte revolucionária”. Os objetivos, claro, eram sempre os mesmos: fazer com que o povo, ao se deparar com esses trabalhos, pudesse interpretá-los e tomar consciência de sua importância política para decidir sobre os rumos do país. Nessa direção, porém, os CPCs tinham um projeto bastante inovador e muito simpático, a meu ver, que era o contato direto com o povo, procurando reinterpretar seu cotidiano por meio das artes.

Os pesquisadores Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos A. Gonçalves nos dão uma idéia bem clara desse momento significativo para a juventude universitária do Brasil, suas propostas e objetivos. Ao comentarem a efervescência política e o trabalho desses jovens, eles mostram que os CPCs

[...] encenavam peças em portas de fábricas, favelas e sindicatos; publicavam cadernos de poesia vendidos a preços populares e iniciavam a realização pioneira de filmes autofinanciados. De dezembro de 1961 a dezembro de 1962, o CPC do Rio produziria as peças ‘Eles não usam *black-tie*’ e ‘A vez da Recusa’; o filme

‘Cinco Vezes favela’, a coleção ‘Cadernos do povo’ e a série ‘Violão de Rua’. Promoveria ainda cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia e a UNE–volante, uma excursão que por três meses percorreu todas as capitais do Brasil, para travar contato com bases universitárias, operárias e camponesas (HOLLANDA; GONÇALVES, 1995, p.10).

É preciso registrar, no entanto, que o projeto político-cultural dos jovens do CPC tinha, de certa forma, a anuência do governo federal. Isto porque era notória a proposta político-ideológica do CPC, no sentido da transformação estrutural do sistema de governo do Estado. E, ainda assim, o governo Goulart teve o respeito pelo trabalho político daqueles jovens e a grandeza de verdadeiro democrata, não os reprimindo. Digo isto porque o nosso país, ainda não inteiramente familiarizado com o universo das práticas democráticas, sempre derrapa, claudica nesses momentos. Nesse aspecto, o governo de João Goulart foi realmente uma exceção. Circulavam as mais diversas propostas, concepções e modelos políticos de Estado, sem que o próprio Estado intervisse. Aliás, ao contrário, surgiriam ainda outras instituições da juventude estudantil. Algumas entidades ligadas ao poder municipal ou estadual com objetivos muito semelhantes aos do CPC. Apenas como exemplo quero citar o MCP – Movimento de Cultura Popular, apoiado por Miguel Arraes, governador de Pernambuco. Talvez o aspecto mais marcante dessa entidade tenha sido mesmo seu trabalho pedagógico. Por intermédio do “Método Paulo Freire”, muito em voga naquela época, os jovens universitários do MCP se dedicavam a alfabetizar a periferia pobre das cidades pernambucanas.

Em meu livro, *A cultura político-musical brasileira*⁴, analiso de modo mais detalhado, o bem intencionado trabalho do CPC junto aos operários, desempregados, camponeses e favelados. Foi um momento de grande importância, não só para o país, mas também para a experiência e a prática democrática daqueles jovens. Espero não precisar me repetir, mas considero imprescindível um breve comentário a esse respeito. De lá para cá, já se passaram 48 anos. Um espaço temporal suficiente para que possamos pensar neste tema, sem pendores político-ideológicos, acerca de um acontecimento histórico extremamente significativo para a cultura da juventude brasileira. Se, de uma parte, a organização dos CPCs funcionava muito bem e ia de fato ao encontro dos desvalidos e dos baixos estratos da sociedade brasileira, por outro lado, é preciso pensar melhor nesse contato. O diálogo desses jovens com o universo da “cultura da pobreza” era quase sempre obliterado pela “norma culta”, ou melhor, pela própria diferença de cultura de classes. A comunicação entre ambas era precária, apesar do esforço dos jovens universitários em reinterpretar o cotidiano

⁴ Cf. CALDAS, 2005.

da classe proletária. Era muito difícil, como é até hoje, explicar aos trabalhadores, na prática, que as relações entre o capital e o trabalho no capitalismo se plasmassem na exploração de um pelo outro, respectivamente. O jovem teatrólogo Oduvaldo Viana Filho (Vianinha), bem que tentou com sua peça *A mais-valia vai acabar, seu Edgar* que, um pouco mais tarde, em 1969, seria adaptada para o cinema também. Nessa obra, o objetivo era mostrar como se dão as relações de trabalho no capitalismo e como ocorre a luta de classes entre opressor e oprimido.

Por outro lado, não podemos deixar de citar a importância transformadora e revolucionária do movimento da Contracultura. A experiência psicodélica e o fascínio pelas drogas alucinógenas marcaram profundamente a história e a vida dos jovens rebeldes que integraram o movimento da contracultura. Se, de uma parte e em alguns momentos, o consumo exacerbado dos alucinógenos significava a recusa à ordem estabelecida, e ao universo do adulto, responsável, previsível e torpe, de outro lado, toda a rebeldia, a convicção e a busca de novos valores ficariam na mediação entre a realização e a dúvida. A própria trajetória do movimento da contracultura nos mostra que, em muitos casos, a fatalidade antecipou-se à realização.

Assim, é preciso muita cautela quando lemos justificativas para experiências alucinógenas, argumentando tratar-se de ensaios científicos. Claro, é evidente que como projeto intelectual tem sentido. O problema não está aí, está, isto sim, na banalização que se fará dessa experiência e no impacto nada saudável sobre a nossa juventude. As observações de Theodor Roszak, além de pertinentes, são muito bem-vindas. Ao analisar as relações dos jovens da contracultura com suas experiências psicodélicas, o autor é enfático:

[...] não há o menor ponto em comum entre o fato de um homem com a experiência e a disciplina intelectual de Huxley experimentar mescalina e um menino de quinze anos aspirar um solvente sintético como cola de avião até seu cérebro esfacelar. No primeiro caso temos uma mente privilegiada buscando experientemente uma síntese cultural; no segundo, uma criança tonta buscando prazer na visão de balões coloridos. (ROSZAK, 1968, p.165).

Aqui temos um exemplo claro da experiência psicodélica. Seus limites no tocante aos ensaios científicos e ao consumo puro e simples, motivado quicá pela curiosidade, fascínio ou dependência mesmo, formam dois universos inteiramente diferentes.

Com efeito, há outros limites não menos importantes a serem pensados. Refiro-me à ingerência das drogas psicodélicas e os seus reais efeitos no comportamento dos jovens. Não é verdade, por exemplo, que as reações químicas no cérebro desses

adolescentes sempre lhes transportem para um estado de paz, de sabedoria, de quietude, enfim, para um estágio de nirvana. Se a droga tem sempre ação sensorial, se ela aguça, exacerba os sentidos, então haverá, enquanto permanecer seu efeito, sensível alteração da personalidade e de comportamento. Teremos, assim, aqueles jovens adolescentes que se sentirão alegres, fortes, poderosos e ficam com a falsa sensação de que podem tudo. O efeito inverso também é verdadeiro. O jovem de personalidade mais recôndita e comportamento reservado tende naturalmente à introspecção. Ele pode concentrar-se em um único estágio de consciência. A afasia e o olhar que nada observa formam o perfil do seu momento quimicamente alterado. Nesse caso, entram em discussão alguns aspectos que devem ser observados, como a composição química da droga psicodélica, sua densidade e quantidade usada.

Seja como for, os resultados dessa experiência conduzem o ator a viver momentos confusos, interpretados por Sigmund Freud como “conflito psíquico”, isto é, oposições entre a “pulsão de morte” e a “pulsão de vida”⁵. Em seu livro intitulado *Life Against Death* (Vida Contra Morte), Norman O. Brown (1972) prefere chamar este estado psicológico de a luta de *Eros X Thanatos*. De concreto, no entanto, é que as pesquisas psicológicas com as experiências dos jovens, pelo menos nos tempos da contracultura, foram muito pouco eficientes. Os resultados a que chegou o professor Alan Watts (2002), da Universidade de Harvard, embora tenham mostrado acuidade e rigor científico, chegaram até certo estágio, mas precisariam ter evoluído pelo menos um pouco mais. O problema é que não apareceu mais alguém disposto a dar seqüência ao seu trabalho. Em suas experiências, os alucinógenos deveriam trazer à luz, à percepção do pesquisador, os estágios desconhecidos da nossa consciência ou, pelo menos, deles nos aproximar. O próprio professor Watts (2002), porém, reconhece não ter atingido seus objetivos. Como resultado eles seriam fundamentais, ainda que esses estágios não fossem descobertos em sua totalidade. Eles poderiam nos fornecer um *feedback* capaz de interpretarmos as reações físicas e psicológicas que os agentes químicos artificiais podem causar no cérebro humano.

Assim, é compreensível, como pesquisa científica, o uso responsável, bem administrado e assistido, do que nos reserva o universo psicodélico. Não foi isso, nem poderia ser com esse propósito, o que ocorreu com a juventude da contracultura nos anos 60. Boa parte dessa incrível geração mergulhou pateticamente no fantástico (ou fantasmagórico?) mundo das drogas, motivada pelo forte desejo de viver experiências psicodélicas. O problema, entretanto, não residia nessa prática, da mesma forma

⁵ O conceito freudiano de “conflito psíquico” ocorre quando, no indivíduo, opõem-se exigências internas contrárias. Por exemplo, se ele vive dois sentimentos contraditórios. Pode se traduzir ainda pela formação de sintomas, desordens do comportamento, perturbações do caráter, etc. Entre as formas de “conflito psíquico”, a psicanálise considera os conflitos entre a “pulsão de vida” e a “pulsão de morte” como um dos mais perturbadores ao homem. O livro de J. Laplanche e J. B. Pontalis (1970), *Vocabulário da psicanálise*, apresenta uma análise mais detalhada dos conceitos acima.

como não ocorre em nossos dias. Estava, isto sim, no fato de os jovens adolescentes (mas adultos também) usarem alucinógenos sem nenhum critério.

Certamente um dos grandes problemas é justamente estabelecer essas medidas e saber como administrá-las ou, talvez até mesmo não se cogitar nada disso. E como esperar regras, normas e medidas daquela juventude? As drogas eram apenas um instrumento de prazer fugaz, de revolta dos adolescentes contra a ordem estabelecida (alguns nem tinham essa consciência), de uma sociedade corrompida, mercantilizada pela exacerbação do consumo. Nos Estados Unidos, por exemplo, berço de todo o movimento da contracultura, os jovens viviam uma insatisfação e um anseio vazio que cedia espaço em suas vidas para as experiências com drogas psicodélicas.

Se, de uma parte, não havia critérios para o consumo desses alucinógenos, por outro lado, não existia (como ocorre ainda em nossos dias) o discernimento claro entre o estágio do chamado “fascínio compulsivo” e a “dependência consumada”. Até porque a avaliação deste último binômio permanece ainda muito fluida e imprecisa. E mais do que isso, o conceito de “dependência química”, modernamente, ganhou diversas outras conotações, mas permanece em discussão pelos estudiosos. Ele não passa apenas pelo que pode revelar a pesquisa científica.

Entram em pauta agora, especialmente, os interesses econômicos e sociais. Algo semelhante, por exemplo, à fabricação social da loucura, já tão discutida sob vários ângulos na literatura científica. Quero destacar, além dos estudos clássicos de Sigmund Freud, outros mais contemporâneos como os de David Cooper, Michel Foucault e Ronald Laing, que tratam exaustivamente deste tema. Seja como for, boa parte dos jovens rebeldes, não só nos Estados Unidos, mas do movimento da contracultura em todo o mundo, viveu o limiar entre o “fascínio compulsivo” e a “dependência consumada” que, de acordo com os estudos psiquiátricos, pode levar o consumidor de drogas a algum tipo de demência. Ou ainda, se apelarmos para o conjunto de referências teóricas da psicanálise, é como se tivessem que optar entre um dos princípios antagônicos, isto é, o “princípio de realidade” ou o “princípio de prazer”.

Mas, simultaneamente a todo esse universo do consumo do LSD, maconha, anfetaminas, ácidos e outros alucinógenos industriais ou caseiros (cogumelos, por exemplo), havia um comércio que ia ao encontro do estilo de vida que recusava a ordem estabelecida. Refiro-me a toda uma literatura *underground*, que surge nessa época na Califórnia como, por exemplo, a revista *Oracle* (de 1966) e outros semanários como *Freedom*, de vida curta, mas muito intensa.

Mas, se, por um lado, esta cultura jovem representava a recusa ao *establishment*, à exacerbação do consumo e a outras formas que tão bem tipificam a sociedade de massa, de outra parte, era fácil perceber contradições de base nessa

vertente da contracultura, que passaria a ser chamada de “cultura *hippie*”. É que havia um comércio *underground*, mas bem organizado, de produtos à venda, como em qualquer loja de departamentos da sociedade de consumo. A mercadoria destinada a esse público especial, em nada ou quase nada, identificava-se com a estética dos produtos postos à venda no comércio convencional. Mas, se esteticamente se buscava uma certa originalidade (e nesse aspecto a cultura *hippie* foi muito bem sucedida), ainda assim permaneciam os princípios básicos do capitalismo: a relação de troca da mercadoria pelo capital que resulta no lucro. Este é um dos fundamentos da economia privada, potencializado ao máximo na chamada sociedade de massa, tão contestada pelos *hippies*.

Quando Theodore Roszak analisa a função e o desempenho dos semanários *undergrounds* no comércio e na cultura *hippie*, temos a noção muito clara das contradições a que me refiro. Diz ele:

[...] os editoriais transformaram as leis sobre narcóticos e as maneiras de burlar as autoridades fiscalizadoras no alfa e ômega da política. Entretanto, os anúncios traem o fato de que as publicações tornaram-se cada vez mais dependentes de uma economia *hip* local, cujas mercadorias, espetáculos luminosos, música de *rock*, cartazes, luzes eletrônicas, jóias, botões de lapela, guizos, colares de contas, óculos para luz negra, cachimbos para tóxicos e amplo sortimento de ‘equipamento mental’ – destinam-se na maioria a ser percebidas através de uma névoa narcótica, ou pelo menos tentam de toda forma glamurizar as drogas, aprofundando a fascinação ou a necessidade (ROSZAK, 1968, p.167-168).

Como se pode perceber nas palavras do autor, havia um comércio *hippie* perfeitamente integrado à economia de mercado. Pode-se dizer mesmo, uma interdependência entre comércio, publicidade e imprensa *underground*, representada especialmente por jornais e revistas que anunciavam e divulgavam os produtos colocados à venda para o público jovem dessa vertente da contracultura. Veríamos que, no decorrer do tempo e com o sucesso deste comércio atípico, chegariam os comerciantes convencionais, disponibilizando ao mercado *hippie* uma gama muito grande de produtos para esses jovens.

A partir desse momento, no entanto, se houvesse de fato, um *ethos* comercial (o termo soa estranho) dessa cultura *underground*, ele estaria sendo sepultado ou, quando menos, perdendo sua identidade. Assim, se no início a grande maioria ou até a totalidade dos produtos à venda ia ao encontro da cultura *hippie*, a partir de agora eles estariam misturados a todos os objetos e pertences produzidos em escala industrial. Dessa forma, cristalizava-se aos poucos o fim do comércio *hippie*, se assim podemos chamar. É preciso entender, no entanto, que este segmento da cultura

underground teria pouquíssimas chances (a rigor, nenhuma mesmo) de se manter fiel aos seus princípios não capitalistas. E, aqui, teoria e prática são inteiramente convergentes.

1968: THE REVOLUTION REFERENCE

ABSTRACT: *The year of 1968 has become, throughout time, a kind of reference to the great transformations that occurred in the decades of 1960 and 1970. Some time before, however, in the 1950's, in the US, a young movement appeared. They were known as the beat generation, which main representatives were Jack Kerouac, Allen Ginsberg, and others. It was a group of intellectual young men that brought, through the literature and art, a life style and different behavior from the pragmatic and commercialized universe of the American society.*

Together with the rock'n'roll, also from that moment, the youth had conditions to engender a big behavior revolution, that later was known as the movement of counterculture, of the hippies and of the psychedelic culture. From that moment on, the bases for all that would yet come in the 1960's and 1970's was launched. Those decades were revolutionary; a time when the youth did not prevaricated about the right of tracing its own destiny. The greatest goal was to insure what the man has as a precious gift: the freedom and the fight against the behavior asphyxia imposed by the establishment.

KEYWORDS: *Counterculture. Politics. Freedom. Society. State. Revolution. Psychedelic.*

REFERÊNCIAS

BROWN, N. O. **Vida contra morte.** Petrópolis: Vozes, 1972.

CALDAS, W. **A cultura político-musical brasileira.** São Paulo: Musa, 2005.

GALBRAITH, J. K. **O novo estado industrial.** Rio de Janeiro: Civilização, 1969.

_____. **A era da opulência.** São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

HOLLANDA, H. B. de; GONÇALVES, M. A. **Cultura e participação nos anos 60.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. Braga: Martins Fontes, 1970.

MARCUSE, H. **Eros e civilização** : uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Alvaro Cabral. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REICH, W. **La lucha sexual de los jóvenes**. Buenos Aires: Granica Editor, 1972.

REICH, W. et al. **Psicanálise: fatores sociopolíticos**. Porto: RÉS, 1976.

ROSZAK, T. **The making of a counter culture**: reflections on the tecnocratic society and its youthful opposition. Berkeley: University of California Press, 1968.

WATTS, A. **Cultura da contracultura**. Rio de Janeiro: Fissus, 2002.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 15.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

Recebido em outubro de 2008

Aprovado em dezembro de 2008